



A gestão soberana e sustentável da Amazônia: Desafios e Perspectivas

Carlos Alfredo Lazary Teixeira¹

INTRODUÇÃO

A Amazônia constitui uma das regiões mais emblemáticas do planeta. Localizada em nove países sul-americanos, dos quais o Brasil concentra a maior parte, abriga a maior floresta tropical contínua do mundo, responsável por enorme diversidade biológica e por processos climáticos que transcendem fronteiras nacionais. É considerada, por isso, um patrimônio natural de importância global.

Entretanto, a Amazônia não é apenas uma questão ambiental. Ela também representa um espaço estratégico para a soberania dos países que a compõem, um reservatório de riquezas minerais, hídricas e genéticas, além de ser lar de milhões de pessoas, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais. A gestão da região, portanto, exige conciliar múltiplas dimensões: preservar sua biodiversidade, garantir qualidade de vida para a população, promover desenvolvimento econômico sustentável e, ao mesmo tempo, afirmar a soberania nacional.

Este artigo discute como é possível conduzir uma gestão soberana e sustentável da Amazônia, explorando seus desafios, a cooperação regional e as perspectivas para o futuro.

A AMAZÔNIA COMO PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO

A bacia amazônica cobre cerca de 7 milhões de km², dos quais aproximadamente 5 milhões estão em território brasileiro. Essa imensidão abriga cerca de 20% da água doce superficial do planeta, além de desempenhar papel crucial na regulação climática global, por meio do ciclo hidrológico que influencia chuvas em diversas partes da América do Sul.

O patrimônio amazônico vai além da biodiversidade: nele estão localizadas reservas minerais estratégicas, potenciais energéticos, grandes estoques de madeira e um vasto acervo genético que pode servir de base para a biotecnologia e a medicina. Esse conjunto de riquezas transforma a região em alvo de interesse internacional.

Narrativas recorrentes, que defendem a “internacionalização da Amazônia” ou que a tratam como um bem comum da humanidade, costumam desconsiderar a soberania dos países que nela se encontram. Embora seja inegável que a preservação da floresta tenha impacto global, cabe em primeiro lugar aos Estados amazônicos a responsabilidade de decidir sobre seu território, sua exploração e sua conservação. Essa tensão entre a dimensão nacional/regional e a dimensão global da Amazônia é um dos pontos centrais da gestão soberana.

Nesse sentido, é importante recuperar a celebração do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978, por iniciativa do Brasil, motivada sobretudo pela imperiosa necessidade de afirmar a soberania dos oito países sobre a área, contrarrestando repetidas acusações de inidoneidade para lidar com o desafio de promover a sua gestão “responsável”. Para tanto, o governo brasileiro valeu-se junto aos seus pares da solidez de sua defesa da vinculação entre desenvolvimento e meio ambiente, durante a Conferência da ONU realizada em Estocolmo, em 1972. Valeu-se, igualmente, da exitosa negociação e assinatura, pouco antes, em 1969, do Tratado da Bacia do Prata (TBP). Com o TCA, portanto, deu-se cobertura diplomática formal às duas principais bacias hidrográficas da América do Sul.

No âmbito nacional, é útil relembrar a criação do Programa Calha Norte, instituído em 1985, no contexto de redemocratização do Brasil. Originalmente concebido como iniciativa de defesa nacional, voltada à presença militar na faixa de fronteira amazônica, o programa buscava garantir a integridade territorial diante de pressões externas como, por exemplo, as ameaças de intervenção externa no Suriname, em face do golpe levado a cabo pelo sargento Dési Bouterse, em 1980. A região amazônica, pouco ocupada

¹MPC. Embaixador do Brasil no Peru (2011) e no Equador (2015). Diretor Executivo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2019). Membro do Conselho Consultivo da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) (2025). Senior Fellow da Plataforma Cipó (2025).

e com baixa densidade populacional, era percebida como vulnerável a interesses estrangeiros. Por isso, a lógica do Calha Norte estava centrada na segurança e no controle territorial. Essa mesma lógica motivou, em relação ao controle do espaço aéreo, a implantação do Sistema do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

Com o passar do tempo, entretanto, o Calha Norte e o SIVAM incorporaram dimensões civis e sociais. Rebatizado como Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), o programa passou a financiar projetos de infraestrutura básica, saúde, educação e desenvolvimento sustentável em municípios da região Norte. Assim, transformou-se em instrumento não apenas de defesa nacional, mas também de presença do Estado e de apoio ao desenvolvimento regional, reafirmando a soberania por meio de políticas públicas.

Esse movimento em direção à parte setentrional no Brasil não pode ser cabalmente entendido sem que se pondere o efeito holístico da mudança da capital federal para Brasília, incluindo também a dimensão geopolítica e diplomática. O TCA é parte dessa construção.

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA

A floresta amazônica enfrenta pressões constantes que comprometem sua sustentabilidade. O desmatamento é o mais visível deles. A abertura de novas áreas para a agropecuária, aliada à grilagem de terras e às queimadas ilegais, provoca perda de biodiversidade e ameaça de colapso dos serviços ecossistêmicos da região. Estima-se que, se o desmatamento ultrapassar determinado limiar, a floresta poderá entrar em processo de “savonização”, perdendo sua capacidade de manter ciclos de chuvas e de armazenar carbono.

Outro desafio crítico é a mineração. Enquanto a mineração legal pode ser regulada e fiscalizada, a mineração ilegal cresce de forma descontrolada, especialmente em terras indígenas e áreas de proteção ambiental. Essa atividade causa poluição por mercúrio, degradação de rios e violência contra comunidades locais.

As mudanças do clima agravam os problemas existentes. O aumento da temperatura média e a redução da umidade em algumas áreas já têm provocado secas prolongadas e queimadas mais intensas. Isso compromete tanto a biodiversidade quanto a agricultura regional, além de aumentar o risco de eventos extremos em escala continental.

No aspecto social, a sustentabilidade amazônica também envolve a proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Eles são guardiões de vastos territórios e acumulam saberes ancestrais sobre a floresta. Entretanto, sofrem com invasões, violência, discriminação e falta de acesso a serviços básicos. A inclusão dessas populações nos processos de gestão é condição essencial para qualquer projeto de sustentabilidade.

MODELOS DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A gestão da Amazônia exige políticas integradas que articulem proteção ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social. Entre os instrumentos existentes, destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que orienta a ocupação do território de acordo com suas características ambientais e sociais. Embora seja uma ferramenta fundamental, assim reconhecida pelos governos da região, sua implementação em todo o bioma ainda é parcial e desigual.

O fortalecimento da fiscalização ambiental também é essencial. No Brasil, órgãos como o IBAMA e o ICMBio desempenham papel crucial no combate a crimes ambientais e, por isso, têm sido fortalecidos para vencer as sempre presentes dificuldades orçamentárias, pressões políticas e, por vezes, limitações de pessoal. São atores indispensáveis na liderança do Brasil na implementação do TCA, por intermédio da ferramenta da cooperação Sul-Sul, ao lado de centros de excelência e boas práticas como a FIOCRUZ e o INPE, entre outros, sempre com o apoio eficaz e reconhecido da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). As políticas públicas para a Amazônia, prescreve o TCA, devem ser fortalecidas a ponto de se tornarem políticas de Estado, permanentes e convergentes, voltadas para diminuir a dupla assimetria que caracteriza a região: entre os países condôminos, em termos de presença e capacidade institucional, e em cada país, em relação ao restante do território nacional. Daí a importância da cooperação Sul-Sul; sem descartar o aporte científico e financeiro de atores de fora da região.

Por outro lado, e além disso, a eficácia das políticas públicas depende da capacidade de monitoramento. Aqui aparece novamente o papel de entidades brasileiras de excelência como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, com o domínio da captação e análise de imagens por satélites, seja da cobertura florestal, seja dos corpos de água. Nesse contexto de monitoramento e cooperação Sul-Sul, vale mencionar a conformação pelo Brasil do Fundo Amazônia, com o apoio e significativos aportes financeiros da Noruega e da Alemanha, no qual se reservou até 20% dos recursos para projetos de monitoramento na



totalidade do bioma e da bacia, incluindo atividades nos países vizinhos.

Outro aspecto central do TCA é a gestão integral e integrada dos recursos hídricos. A Bacia Amazônica abriga rios internacionais de enorme importância e um enorme potencial de águas subterrâneas, como o aquífero de Alter do Chão, no Brasil. Há em curso um projeto de mapeamento desses recursos nos subsolos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, financiado com recursos do Global Environmental Facility (GEF), que certamente confirmará a existência de extensos reservatórios. A abundância de água doce, entretanto, não elimina riscos de escassez local, de diminuição da qualidade da água ou de conflitos de uso. Produção de energia, navegação, abastecimento urbano, pesca, irrigação agrícola e manutenção dos ecossistemas dependem de políticas coordenadas entre todos os países. A gestão integrada de recursos hídricos implica considerar impactos cumulativos, promover participação social, conciliar diferentes usos e articular a cooperação entre países amazônicos. Essa visão sistêmica reforça que a água deve ser tratada como elemento estratégico da soberania e como fator de integração regional.

Do ponto de vista do desenvolvimento, ganha força o conceito de bioeconomia, que busca gerar riqueza a partir de produtos da floresta em pé. Cadeias produtivas baseadas em açaí, castanha-do-pará, óleos vegetais, madeira de manejo sustentável e biotecnologia são exemplos de alternativas que combinam preservação e geração de renda. Para prosperar, entretanto, a bioeconomia requer infraestrutura, pesquisa científica, inovação e acesso a mercados. Muito próximo da bioeconomia, talvez até cabendo no conceito ampliado, inclui-se o turismo comunitário sustentável, pelos efeitos benéficos acima descritos e ainda pela capacidade de diminuir o êxodo das novas gerações para os grandes centros urbanos.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Amazônia ultrapassa fronteiras nacionais. O bioma estende-se por oito países além do Brasil: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e o Departamento da Guiana Francesa. Essa diversidade torna indispensável a cooperação regional para a gestão da Floresta, com vistas a avanços na integração.

Nesse contexto, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é o principal mecanismo institucional. Criada em 1998, quando o TCA completou 20 anos, e estabelecida em 2002, reúne os países amazônicos para promover a cooperação em áreas como recursos hídricos, ciência, tecnologia, saúde, educação, povos indígenas, ilícitos transfronteiriços e proteção da biodiversidade. Embora tenha enfrentado limitações de recursos e de protagonismo político, a OTCA fortaleceu-se notavelmente nos últimos seis anos, tornando-se um ator indispensável na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia nas suas três dimensões: a bacia, o bioma e a região, assim entendida como o espaço geográfico resultante da soma dos territórios declarados pelos países como abrangidos pelo TCA.

A organização opera mediante projetos de cooperação técnica, financiados principalmente por agências, bancos e fundos internacionais, como por exemplo a GIZ alemã, BID, PNUMA e o GEF, este por intermédio de agências implementadoras. Os projetos são construídos com a concordância unânime e participação dos governos dos países membros, sem condicionamentos externos. Sua agenda é positiva: visa principalmente a capacitação das instituições responsáveis em cada país pela política pública a ser beneficiada. Este é o caso da rede de monitoramento hidrometeorológico da bacia, com centenas de estações físicas espalhadas nas margens dos rios internacionais, bem como da capacitação dos países para permitir a implementação em seus territórios da Convenção CITES, de proteção das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

O fortalecimento da OTCA está na razão direta da afirmação da soberania dos seus membros na região, na medida em que vier a representar uma plataforma para articular posições comuns perante a comunidade internacional, nos foros de negociação da agenda do desenvolvimento sustentável, visando a proteção da biodiversidade e a promoção do bem-estar dos amazônidas. A gestão do conhecimento, por meio do Observatório Regional Amazônico – ORA, é parte essencial desse fortalecimento, desde que sua construção e operação resultem em efetiva contribuição para as políticas públicas e na real apropriação pelos habitantes da Amazônia. Para ele contribuirão substantivamente o Painel Científico, recém-criado na OTCA, e a Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, esta em acelerado processo de revitalização.

Um exemplo recente da atuação da OTCA ocorreu na disputa pelo domínio de primeiro nível (Top level Domain) “.amazon” (dot ou ponto amazon) junto à ICANN (Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números). A empresa Amazon Inc. pleiteava o uso exclusivo do domínio, o que lhe daria direito de utilizá-lo globalmente como identidade digital corporativa. Os países amazônicos, articulados pela OTCA, argumentaram que o termo “Amazon” não se refere apenas a uma empresa, mas sobretudo a uma região geográfica e cultural, essencial para milhões de pessoas e para o equilíbrio ambiental do planeta.

Apesar da pressão, a decisão da ICANN acabou favorecendo a corporação, que obteve a concessão

do domínio, mas indicando a necessidade de ser constituído um comitê gestor (steering committee) do domínio, o que não ocorreu até o momento, em face da resistência dos países amazônicos à imposição da empresa de controlar totalmente o comitê. A atuação da OTCA, liderada pela então Secretária-Geral Alexandra Moreira (2019-2024), representou uma afirmação importante: a defesa da soberania digital dos Estados amazônicos e da identidade da região frente à apropriação privada. Esse episódio mostra que a soberania amazônica também precisa ser pensada em novas dimensões, como na esfera virtual.

O Brasil sediou em agosto de 2023, em Belém do Pará, a IV Cúpula dos Presidentes dos Estados-Partes do TCA, denominada Cúpula da Amazônia. Na ocasião foi aprovada a Declaração de Belém, com mais de uma centena de parágrafos operativos, retomando e ampliando da agenda da cooperação amazônica, construída ao longo dos 45 anos decorridos desde a firma do Tratado. Duas mensagens sobressaíram: a necessidade de incorporar a sociedade civil ao processo de construção da agenda de cooperação e o compromisso, ligado à gestão do conhecimento, de basear as políticas públicas para a Amazônia na melhor informação científica existente e disponível, sempre valorizando o conhecimento ancestral dos amazônidas.

Houve consenso, ainda, de que deveria continuar a mobilização em nível presidencial, pelo evidente efeito político junto à comunidade internacional de afirmação serena e consciente da soberania sobre a Amazônia. Assim, na V Cúpula, realizada em Bogotá, Colômbia, em agosto de 2025, os mandatários decidiram avançar na inclusão formal das reuniões presidenciais como instância superior na governança do TCA.

O TCA ganhou dimensão adicional em decorrência da indesejada desativação da UNASUL, cuja agenda ficou à deriva, não só no campo da diplomacia e da integração, mas particularmente em relação aos temas de defesa e de segurança pública/ilícitos transfronteiriços, ambos com evidente vinculação à Amazônia. Na esfera diplomática, o TCA passou a ser o elo institucional e político remanescente entre o Suriname e a Guiana e sua circunstância sul-americana. No que tange à defesa, os temas do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) ainda não conseguiram um locus, apesar dos tímidos esforços do governo brasileiro. Já em relação aos ilícitos, o Brasil deu um passo importante em setembro de 2025, com a inauguração em Manaus do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia), uma plataforma inédita de cooperação com os nossos vizinhos amazônicos, para capacitação e intercâmbio em matéria de inteligência e ações conjuntas para o enfrentamento de crimes transnacionais na região (desmatamento, garimpo ilegal, comércio ilegal de espécies em extinção da fauna e da flora, tráfico de drogas, armas e pessoas), com investimentos da ordem de R\$ 36,7 milhões provenientes do Fundo Amazônia. Em seu discurso na cerimônia de inauguração do CCPI, o Presidente Lula da Silva fez expressa conexão com o tema da soberania”...não precisamos de intervenções estrangeiras, nem de ameaças à nossa soberania. Somos perfeitamente capazes de ser protagonistas nas nossas próprias soluções”.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

O futuro da Amazônia dependerá da capacidade de seus países de promover um novo modelo de desenvolvimento. A expansão ilimitada da fronteira agrícola e da exploração mineral não é sustentável. Pelo contrário, ameaça comprometer irreversivelmente a floresta e os serviços ambientais de que dependem o Brasil, a América do Sul e o mundo.

Entre as alternativas estão o fortalecimento da bioeconomia, a valorização do conhecimento tradicional dos povos indígenas e comunidades locais, o investimento em ciência e tecnologia para a biotecnologia e a medicina, além do manejo sustentável dos recursos florestais. Essas estratégias podem gerar emprego, renda e inovação, ao mesmo tempo em que preservam a floresta.

É igualmente necessário ampliar a presença do Estado na região. Isso significa não apenas reforçar a fiscalização ambiental, mas também garantir infraestrutura, saúde, educação e segurança para os habitantes locais. A soberania se afirma pela capacidade de o Estado oferecer condições dignas de vida à sua população e exercer autoridade efetiva sobre o território.

A cooperação regional e internacional continuará sendo um pilar importante. No entanto, deve ser conduzida em bases que respeitem a soberania nacional e que fortaleçam as capacidades internas dos países amazônicos.

Nesse cenário, ganha especial destaque a realização da COP 30 em Belém do Pará, em 2025. Pela primeira vez uma Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima será sediada na Amazônia. O evento representa não apenas reconhecimento da centralidade da região para o equilíbrio climático mundial, mas também uma oportunidade estratégica para que o Brasil e seus vizinhos amazônicos apresentem compromissos concretos em relação ao desmatamento, à transição energética e à preservação da biodiversidade. A conferência constituirá oportunidade estratégica para que o Brasil e os demais países amazônicos mostrem seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável da região e, especificamente, para enfrentar de forma conjunta os desafios das mudanças do clima e do

aquecimento global. Além disso, o evento permitirá que os países amazônicos reafirmem não apenas seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, mas também sua soberania sobre a região, mostrando ao mundo que a preservação da Amazônia deve ser conduzida a partir das decisões e prioridades dos próprios Estados amazônicos.

CONCLUSÃO

A Amazônia é, simultaneamente, um desafio nacional e global. Sua preservação interessa à humanidade, mas sua gestão pertence, em primeiro lugar, aos países que a compõem. O equilíbrio entre soberania e sustentabilidade é a chave para garantir o futuro da floresta.

Uma gestão soberana e sustentável deve articular proteção ambiental, desenvolvimento econômico inclusivo, valorização das comunidades locais e cooperação internacional equilibrada. O Brasil, como país que detém a maior parte da floresta, tem papel central nesse processo, mas o esforço precisa ser coletivo, envolvendo todos os países amazônicos e a sociedade como um todo.

Além disso, a soberania amazônica não se limita ao território físico. Inclui a proteção de seus recursos hídricos, a defesa de sua identidade simbólica em espaços digitais — como o caso do domínio “.amazon” — e a presença estratégica do Estado por meio de programas e projetos nacionais e regionais, como o Calha Norte e a agenda da OTCA. Esses elementos ampliam a compreensão da soberania, mostrando que ela deve ser integral, abrangendo dimensões ambientais, sociais, tecnológicas e culturais.

A realização da COP 30 em Belém reforça esse entendimento: a Amazônia é o centro das atenções globais e, ao mesmo tempo, espaço de afirmação da soberania regional. Trata-se de momento histórico em que os países amazônicos poderão mostrar ao mundo que é possível aliar desenvolvimento, justiça social e preservação ambiental. Se bem conduzida, a gestão soberana e sustentável da Amazônia pode transformar a região em exemplo global de como proteger a natureza sem abrir mão da autonomia e da prosperidade dos povos que dela dependem.